

Jornal Notícias 18-01-2007	Periodicidade:	Diário	Temática:	Política
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	234 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	150515	Página (s):	64

Amado confirma sete voos para Guantánamo

CAHLOS PINHEIRO/ARQUIVA.FIN



Ministro assegurou que os voos nos Açores não eram “ilegais da CIA”

→ O ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, confirmou, ontem, a passagem pelos Açores de sete voos “de e para” a base militar de Guantánamo, mas assegurou que eram “voos militares” e não voos ilegais da CIA.

“Confirmo que houve voos ao abrigo da operação ‘Enduring Freedom’, mas não são voos da CIA. Houve voos militares para a base militar de Guantánamo e da base militar de Guantánamo ao abrigo de uma operação que tem mandato das Nações Unidas e da NATO”, afirmou Luís Amado.

Na segunda-feira, durante uma reunião da Comissão do Parlamento Europeu que investiga a alegada utilização de países europeus para detenção e transporte ilegais de prisioneiros pela CIA na Europa, a eurodeputada socialista Ana Gomes referiu que o Governo português tinha confirmado a existência de sete voos da CIA nos Açores.

Confrontado com estas declarações, o ministro dos Negócios Estrangeiros confirmou a passagem de sete voos pelos Açores, mas recusou que se tenham tratado

de voos ilegais da CIA. “Foram voos que são autorizados na base de uma autorização genérica para uma operação militar ao serviço das Nações Unidas”, assegurou Luís Amado.

“Não são voos da CIA, são voos militares”, sublinhou, confirmando que esses sete voos constam dos registos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Luís Amado acrescentou ainda que, havendo uma autorização genérica, “não cabe ao Estado português pôr em causa a boa-fé

da gestão desses voos”.

O ministro dos Negócios Estrangeiros reiterou ainda a “total boa-fé” com que o Governo português está a encarar esta questão, insistindo que nada tem a esconder.

“Não tenho nada a esconder. Não autorizei, nem tive conhecimento de nenhum voo ilegal. Não tenho conhecimento de nenhuma autorização de nenhum voo ilegal”, salientou, garantindo que há da parte do Governo português “total franqueza”. ◀

